



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

OITAVA CÂMARA CÍVEL

075

Embargos de Declaração nº 186088-4/01 – Comarca do Recife

Embargante: Cervejarias Kaiser Brasil S/A

Embargado: Estado de Pernambuco

5527

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. EXECUÇÃO FISCAL. CONCESSÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO ART. 739-A DO CPC. LEVANTAMENTO DA FIANÇA BANCÁRIA OFERECIDA CONDICIONADO AO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. INOVAÇÃO RECURSAL. ACLARATÓRIOS CONHECIDOS TÃO SOMENTE PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O acórdão embargado foi bastante claro ao destacar que a negativa de efeito suspensivo aos embargos à execução se fundamentou na constatação do não preenchimento dos requisitos elencados no §1º do art. 739-A do CPC, que se aplica ao caso por força da previsão expressa do art. 1º da LEF. 2. No caso, ficou assentado que, além de ausente o pressuposto da relevância da fundamentação, o que já serviria de fundamento para o indeferimento do efeito excepcional requestado, também não se fez presente o requisito do risco de grave dano de difícil ou incerta reparação, haja vista o já pacificado entendimento de que o aludido efeito suspensivo continua sendo automaticamente aplicado quando se chega à fase satisfativa da execução. 3. Destarte, o que fica dependendo do trânsito em julgado da decisão dos embargos é apenas o levantamento do depósito ou a adjudicação do bem pela Fazenda Pública exequente, ficando autorizados os demais procedimentos tendentes a agilizar o rito da execução fiscal (penhora, venda de bens). 4. Este entendimento advém da constatação de que uma eventual restituição em favor do contribuinte, acaso procedentes os embargos, seria deveras dispendiosa, haja vista a sistemática dos precatórios e as garantias do Poder Público. 5. Não merece prosperar a



Poder Judiciário

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

12
1
076

alegação de omissão quanto ao disposto nos arts. 9, 16, 18, 24, da LEF, e 5º, *caput*, XXII, XXIV, LV, 170, *caput*, II, e 182, §3º, da CF/88, vez que os mesmos, em momento algum, foram suscitados nas razões do Agravo de instrumento oferecido pelo ora embargante, tratando-se, portanto, de tentativa de inovação recursal. 6. Aclaratórios conhecidos para fins de prequestionamento do contido no art. 475-O do CPC, porém improvidos de forma indiscrepante.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração nº 186088-4-1/01, em sessão realizada no dia 04 de 02 de 2010, ACORDAM os Desembargadores integrantes da Oitava Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar-lhe provimento, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.
Recife 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator



13
1
077

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 186088-4/01 – Comarca do Recife
Embargante: Cervejarias Kaiser Brasil S/A
Embargado: Estado de Pernambuco

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra acórdão lavrado nos autos do Agravo de Instrumento em apenso que, no entender do embargante, incorreu em erro de fato e omissão ao negar provimento à interposição para manter a decisão então recorrida, que, por sua vez, indeferiu o requerimento de atribuição de efeito suspensivo aos Embargos à Execução Fiscal por ela ofertados, feito tombado sob o nº. 001.2009.102273-9.

Em suas razões, de fls. 02/04, alega o embargante que o acórdão guerreado foi omisso no que tange à apreciação do disposto nos arts. 9, 16, 18, 24, da LEF, bem como no art. 475-O, do CPC, e ainda nos arts. 5º, *caput*, XXII, XXIV, LV, 170, *caput*, II, e 182, §3º, todos da CF/88.

Acrescenta, ainda, que está presente o risco de grave dano a seu favor, uma vez que, com o prosseguimento da Execução Fiscal nº 001.2006.016762-0 sem o prévio julgamento dos Embargos à Execução 001.2009.102273-9, ficará a Fazenda Pública exeqüente autorizada a levantar os valores oferecidos a título de garantia do juízo.

Requer, ao final, sejam acolhidos os presentes embargos declaratórios, dando-lhe regular processamento, para sanar o erro de fato e a omissão alegados e prequestionar a matéria ventilada.

Retifique-se a numeração das páginas do Agravo de instrumento em apenso, a partir da folha 292.

É o relatório.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



14
1
078

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº 186088-4/01 – Comarca do Recife
Embargante: Cervejarias Kaiser Brasil S/A
Embargado: Estado de Pernambuco

VOTO

No presente caso, não vislumbro qualquer omissão ou erro de fato a macular o acórdão ora invecivado, senão vejamos.

De início, anoto que não me pronunciarei sobre o disposto nos arts. 9, 16, 18, 24, da LEF, e 5º, *caput*, XXII, XXIV, LV, 170, *caput*, II, e 182, §3º, da CF/88, vez que os mesmos, em momento algum, foram suscitados nas razões do Agravo de Instrumento oferecido pelo ora embargante, tratando-se, portanto, de tentativa de inovação recursal.

No mais, impende registrar que o acórdão embargado foi bastante claro ao destacar que a negativa de efeito suspensivo aos embargos à execução se fundamentou na constatação do não preenchimento dos requisitos elencados no §1º do art. 739-A do CPC, que se aplica ao caso por força da previsão expressa do art. 1º da LEF.

No caso, ficou assentado que, além de ausente o pressuposto da relevância da fundamentação, o que já serviria de fundamento para o indeferimento do efeito excepcional requestado, também não se fez presente o requisito do risco de grave dano de difícil ou incerta reparação, haja vista o já pacificado entendimento de que o aludido efeito suspensivo continua sendo automaticamente aplicado quando se chega à fase satisfativa da execução.

Destarte, o que fica dependendo do trânsito em julgado da decisão dos embargos é apenas o levantamento do depósito ou a adjudicação do bem pela Fazenda Pública exeqüente, ficando autorizados os demais procedimentos tendentes a agilizar o rito da execução fiscal (penhora, venda de bens).

Este entendimento advém da constatação de que uma eventual restituição em favor do contribuinte, acaso procedentes os embargos, seria deveras dispendiosa, haja vista a sistemática dos precatórios e as garantias do Poder Público.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Ante o exposto, não vislumbro qualquer malferimento ao art. 475-O, do CPC.

Em face do exposto, não havendo qualquer ponto sobre o qual deva pronunciar-se este Egrégio Órgão, conheço dos presentes aclaratórios tão somente para fins de prequestionamento da matéria ventilada, mas nego-lhes provimento.

É como voto.

Recife, 04 de 02 de 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator